



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO GUILHERME DERRITE – PP/SP

**PARECER DE PLENÁRIO PELAS COMISSÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA
E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
E DE CIDADANIA DO PROJETO DE LEI Nº 5.582, DE 2025**

Apresentação: 07/11/2025 20:50:54.210 - PLEN
PRLP 1 => PL5582/2025

PRLP n.1

PROJETO DE LEI Nº 5.582, DE 2025

Altera a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para dispor sobre o combate às organizações criminosas no País.

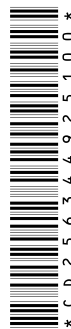
Autor: Poder Executivo.

Relator: Deputado Guilherme Derrite – PP/SP.

I - RELATÓRIO:

O Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, de autoria do Poder Executivo, altera diversos diplomas legislativos pátrios para dispor sobre mecanismos de combate às organizações criminosas no país, recrudescendo penas e propondo mudanças de natureza instrumental.

Na justificativa remetida, rubricada pelo Exmo. Ministro de Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, descreve-se o seu teor como “*um projeto robusto, que busca atualizar o ordenamento jurídico brasileiro frente aos desafios*”



* C D 2 5 6 3 4 4 9 2 5 1 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO GUILHERME DERRITE – PP/SP

contemporâneos do crime organizado, em consonância com os princípios constitucionais e os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.”.

Em despacho do Presidente desta Casa Legislativa, o nº 5.582, de 2025, foi distribuído para as Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), para apreciação meritória, e de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC, para análise da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (art. 54 do RICD).

O Projeto de Lei encontra-se em regime de urgência constitucional (art. 64, da Constituição Federal), estando a matéria pronta para apreciação em Plenário.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR:

O Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, de autoria do Poder Executivo, altera diversos diplomas legislativos pátrios para dispor sobre mecanismos de combate às organizações criminosas no país, recrudescendo penas e propondo mudanças de natureza instrumental.

Prima facie, passa-se à apreciação das matérias de competência da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Quanto à **constitucionalidade**, a proposição não apresenta vícios, porquanto observadas as disposições constitucionais pertinentes à competência do Poder Executivo federal (Presidência da República) para legislar sobre a matéria, bem como do Congresso Nacional para apreciá-la. Ademais, quanto à **constitucionalidade material**, entendemos que a proposta analisada não afronta qualquer diretriz estabelecida pela Carta Magna.

No que guarda pertinência com a **juridicidade**, o Projeto não apresenta vícios, se harmoniza com o ordenamento jurídico e com os princípios gerais do





CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO GUILHERME DERRITE – PP/SP

Direito, além de se consubstanciar como espécie normativa adequada para o fim pretendido.

Em relação à técnica legislativa, cumpre ressaltar que a proposição se subsume perfeitamente aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, alteração e consolidação das leis.

Quanto ao mérito, alguns pontos nodais merecem destaque.

O Brasil enfrenta uma das fases mais graves de sua história recente no ucampo da segurança pública. As organizações criminosas deixaram de ser agrupamentos desarticulados e passaram a operar com estrutura hierárquica, recursos financeiros vultosos e logística avançada. O fenômeno ultrapassou o limite da criminalidade comum e assumiu contornos de ameaça direta à autoridade do Estado.

O país assiste assustado a esse processo de “militarização do crime”, onde os jornais noticiam cotidianamente ataques coordenados com armamento bélico, sabotagem de serviços públicos, destruição de veículos policiais blindados, uso de barricadas, drones equipados com granadas, delinquentes portando fuzis e armas de uso exclusivo das Forças Armadas, domínio de territórios, controle violento de comércios e atividades econômicas, dentre outros.

Organizações criminosas arrecadam milhões de reais por mês com o tráfico de drogas, o contrabando, o transporte irregular, a grilagem de terras, a exploração do gás e da energia, dentre outros. Em muitos locais, o Estado deixou de ser o provedor da ordem e o crime preencheu o vácuo institucional.

Esse cenário, que parece a descrição de zonas de conflito no Oriente Médio, é, infelizmente, a realidade de muitos centros urbanos do Brasil. O resultado disso é uma sociedade refém do medo, em que o cidadão comum vive encurralado entre o domínio de grupos infratores e a limitação operacional do Estado. No Rio, os tiroteios diários e a rotina de escolas fechadas por causa de confrontos se tornaram o retrato de uma nação em colapso na sua função mais básica: garantir segurança e paz social. Em São Paulo, o crime opera de forma silenciosa, mas capilar, infiltrando-se em empresas, contratos públicos e instituições financeiras, transformando a





CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO GUILHERME DERRITE – PP/SP

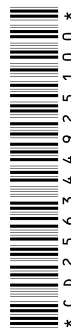
criminalidade num fenômeno econômico e político. Essas dinâmicas replicam-se por centenas de cidades no país.

Esse é o contexto que impõe ao Parlamento brasileiro o dever de reagir com técnica, firmeza e urgência. As leis atuais, criadas para enfrentar crimes individuais - não estruturas empresariais criminosas - tornaram-se insuficientes. É preciso modernizar o ordenamento, endurecer penas, eliminar brechas processuais, criar instrumentos patrimoniais eficazes, assegurar o isolamento absoluto das lideranças criminosas e, principalmente, garantir que as penas sejam efetivamente cumpridas.

O enfrentamento do crime organizado no Brasil exige, portanto, legislação de guerra em tempos de paz — normas que asfixiem financeiramente as organizações criminosas, silenciem os líderes, alcancem o patrimônio ilícito, desestimulem o ingresso de novos membros e restabeleçam o monopólio estatal da força.

Nesse desiderato, com o fulcro de tentar resolver o problema acima delineado, o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, propôs o presente Projeto de Lei nº 5.582/2025, que se trata de proposição de elevada relevância para o Estado democrático de direito, na medida em que assume a necessidade de cercar, neutralizar e desarticular as organizações criminosas. Aproveitar essa oportunidade legislativa — de modernizar tipificações, endurecer sanções, criar instrumentos assecuratórios robustos e dotar o Estado de mecanismos eficazes de resposta — é obrigação deste Congresso Nacional.

Muitos pontos trazidos na proposição original são de excelente contribuição ao nosso sistema de justiça criminal, como a criação de um banco nacional de membros de organizações criminosas, o afastamento cautelar de servidores públicos ligados ao crime organizado, a intervenção judicial de empresas infiltradas com faccionados, os processos de descapitalização e confisco patrimonial de membros de organizações criminosas, o monitoramento de diálogos nos parlatórios prisionais,





CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO GUILHERME DERRITE – PP/SP

dentre outros. A pauta é suprapartidária e os pontos citados merecem, indubitavelmente, incorporação ao ordenamento pátrio.

No entanto, como profissional da segurança pública e jurista comprometido com a técnica legislativa e com a efetividade das normas penais, cumpre observar que o projeto original apresenta algumas soluções que, apesar de bem intencionadas, não atendem ao rigor que a sociedade espera.

A primeira e mais evidente é a opção legislativa adotada no texto original de ampliar o rol de tipos penais já previsto na Lei das Organizações Criminosas (nº 12.850, de 2 de agosto de 2013), o que parece confrontar com a melhor técnica legislativa, que seria a inclusão das modalidades criminosas na Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016 (Lei Antiterrorismo), como se passará a explicar.

Destaca-se, já de início, que não se trata de classificar as organizações criminosas, paramilitares ou milícias privadas como “organizações terroristas” em sentido estrito, mas de reconhecer que certas práticas cometidas por essas estruturas produzem efeitos sociais e políticos equivalentes aos atos de terrorismo, justificando, portanto, um tratamento penal equiparado quanto à gravidade e às consequências jurídicas.

Essa técnica é conhecida no direito comparado como equiparação funcional típica, pela qual o legislador não redefine a natureza jurídica de um fenômeno, mas amplia o alcance de uma norma punitiva já existente para abranger condutas que geram o mesmo tipo de lesão ao bem jurídico protegido.

No caso, o bem jurídico central tutelado pela Lei nº 13.260/2016 é a paz pública, a segurança coletiva e a estabilidade institucional do Estado. Essas são, precisamente, as dimensões atingidas quando organizações criminosas, milícias ou grupos paramilitares passam a empregar violência armada, intimidação coletiva ou sabotagem de serviços públicos para exercer domínio territorial e desafiar as forças de segurança.

A Lei nº 12.850/2013 tem como foco a estrutura organizacional e os meios de investigação aplicáveis a qualquer tipo de organização criminosa — de





CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO GUILHERME DERRITE – PP/SP

natureza econômica, política ou comum. Seu núcleo protetivo é voltado ao enfrentamento do crime organizado enquanto fenômeno associativo, abrangendo desde cartéis empresariais até redes de corrupção e tráfico.

Por sua natureza abrangente e de caráter geral, a Lei nº 12.850/2013 não comporta, sem prejuízo de sua coerência interna, a criação de tipos penais autônomos voltados ao domínio territorial armado e à intimidação coletiva, que são condutas de natureza eminentemente bélica e subversiva da ordem pública, não meramente associativa.

Já a Lei nº 13.260/2016 — ainda que criada para tratar do terrorismo em sentido estrito — contém estrutura mais adequada à inserção dessas condutas: tutela bens jurídicos de natureza difusa e coletiva (paz pública, segurança institucional, ordem constitucional e incolumidade pública); prevê tratamento penal severo, com penas compatíveis com a gravidade dos atos praticados; já disciplina instrumentos processuais e medidas assecuratórias especiais, que se ajustam ao enfrentamento de ações armadas e de domínio territorial; e admite a criação de figuras equiparadas, conforme já reconhecido em sua própria lógica interna (ex.: dispositivos que estendem consequências penais a atos preparatórios ou auxiliares).

Dessa forma, ao incluir as condutas praticadas por organizações criminosas, milícias e grupos paramilitares no artigo 2º-A da Lei nº 13.260/2016, enquadram-se como condutas equiparadas em razão de sua capacidade de produzir os mesmos efeitos deletérios sobre a paz social e a autoridade do Estado.

A técnica empregada é, portanto, de equiparação por simetria de lesividade, e não de assimilação conceitual. Essa solução legislativa preserva a coerência interna do sistema penal brasileiro, pois mantém a Lei nº 12.850/2013 como norma geral de estrutura e procedimento, aplicável a qualquer organização criminosa, inclusive para fins de colaboração premiada e meios de obtenção de prova, ao mesmo tempo em que insere, na Lei nº 13.260/2016, as condutas que, pela sua natureza armada, territorial e desestabilizadora, transcendem o mero associativismo criminal e alcançam a dimensão de ameaça à soberania e à paz pública.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

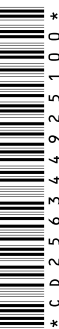
GABINETE DO DEPUTADO GUILHERME DERRITE – PP/SP

De outro norte, dentre as fragilidades, outra que se destaca do texto é a previsão da figura que se poderia denominar “organização criminosa privilegiada” ou a criação de causa de diminuição ampla da pena, de 1/6 a 2/3, para integrantes de organização criminosa que preencham requisitos pessoais (primariedade, bons antecedentes, não liderança). Trata-se de dispositivo que gera contradição flagrante com a finalidade normativa do conjunto punitivo: enquanto se aumenta a pena no caput para domesticar a periculosidade coletiva, institui-se, simultaneamente, mecanismo de redução capaz de esvaziar a eficácia punitiva. Na prática, isso significa que um membro do Primeiro Comando da Capital (PCC), em São Paulo, quando condenado, pode pegar apenas 1 ano e 8 meses de prisão, em regime aberto, o que é, por si só, um contrassenso técnico com a essência e a finalidade do que se propõe nesta oportunidade.

Tal dispositivo, além de vulnerável a interpretações e de provável aplicação retroativa em benefício do réu (por ser norma de efeito favorável), possibilita o efeito prático de “desencarcerar” soldados do crime que, na prática operacional, contribuem para a manutenção do grupo: um membro que, em tese, troca tiros, participa de extorsões e se integra a rede criminosa poderia, por via dessa redução, cumprir pena residual de 1 a 3 anos conforme a base — o que contraria a vocação preventiva e retributiva do sistema penal. É insustentável normativamente criar figura que transforme a submissão ao comando de facção num critério atenuador tão volumoso. Em outras palavras: a instituição de causa de diminuição resulta em solução normativa que mais favorece a reincidência e a continuidade do poder paralelo do que a desincentiva.

Diante dessas mudanças que se pretende perpetrar, a apresentação de um substitutivo é medida que se impõe, especialmente porque se pretende, nesta oportunidade, unificar e aprimorar instrumentos já existentes, elevar penas, definir condutas de modo objetivo e criar mecanismos de intervenção patrimonial e empresarial que tornem inviável a continuidade das atividades criminosas.

Assim, a proposta deste relator alicerça-se em cinco eixos centrais:





CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO GUILHERME DERRITE – PP/SP

1. **Aperfeiçoamento das tipificações penais**, para abranger condutas de domínio territorial, sabotagem de serviços públicos, ataques contra forças de segurança, controle social por meio de violência, ataques contra carros fortes, meios de transporte ou instituições prisionais, sequestro de aeronaves, “novo cangaço”, dentre outros. A nova redação dispensa discussões sobre motivação ideológica e foca no efeito concreto: a intimidação coletiva e o enfraquecimento da autoridade estatal.

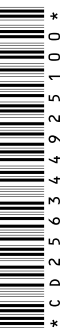
2. **Agravamento das penas**, com base em parâmetros de proporcionalidade. A pena que se propõe é de 20 a 40 anos, correspondente à aplicada ao feminicídio (art. 121-A do Código Penal), é adotada como referência para delitos que atentam contra o Estado e a segurança coletiva. Com as causas de aumento de pena, um líder de uma organização criminosa, por exemplo, pode chegar a pegar mais de 65 anos de prisão.

3. **Medidas assecuratórias e bloqueio patrimonial**, permitindo o sequestro, arresto e indisponibilidade de bens físicos, digitais e financeiros, inclusive mantidos em nome de interpostas pessoas. O texto prevê também a comunicação obrigatória com órgãos de controle financeiro e a possibilidade de cooperação internacional para rastreamento de recursos em offshores.

4. **Intervenção em pessoas jurídicas utilizadas pelo crime**, medida que impede o uso de empresas como instrumentos de lavagem de dinheiro e permite a recuperação ordenada de bens e atividades lícitas.

5. **Fortalecimento da execução penal**, com previsão de cumprimento de pena em presídio federal de segurança máxima para lideranças de facções e organizações criminosas. O objetivo é interromper comunicações ilícitas e reduzir o poder de comando exercido a partir dos presídios.

Mais do que criar novos crimes ou aumentar penas, o principal desafio do Brasil no enfrentamento da criminalidade é fazer cumprir as penas que já existem. A crise da segurança pública não decorre apenas da ausência de tipificações adequadas, mas sobretudo da fragilidade do sistema de execução penal, que permite





CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO GUILHERME DERRITE – PP/SP

que condenações severas se convertam, na prática, em curtas estadias prisionais seguidas de sucessivos benefícios.

Nesse diapasão, propõe-se mudar essa perspectiva, prevendo que os crimes tipificados sejam insuscetíveis de graça, anistia, indulto e liberdade condicional.

Impende ressaltar, neste ponto, que era vontade deste relator incluir expressamente no texto a vedação à liberdade provisória, contudo, o Supremo Tribunal Federal já reconheceu, em mais de uma oportunidade, tanto na Lei de Crimes Hediondos, como na Lei de Drogas, a inconstitucionalidade da vedação legal à liberdade provisória. Assim, por mais que eu — e acredito que a maioria desta Casa — queiramos endurecer o combate ao crime organizado, temos de fazê-lo dentro dos limites constitucionais, no que preferi não incluir esse dispositivo para preservar a segurança jurídica e a efetividade do texto.

Outro ponto essencial é fazer com que o preso realmente cumpra a pena determinada, no que se propõe, nos crimes aqui disciplinados, o aumento do tempo necessário para progressão de regime, que pode chegar a até 85% da pena. Isso é garantido com a inclusão dos tipos penais criados na Lei de Crimes Hediondos.

Ademais, o substitutivo prevê seja vedado aos dependentes dos membros de organização criminosa, a concessão do benefício de auxílio-reclusão.

Além disso, estabelece regras claras para perdimento de bens, inclusive cautelar, na fase investigativa, antes que os membros das organizações dilapidem o patrimônio criminoso.

O texto também altera leis complementares e correlatas — o Código Penal, a Lei Antiterrorismo, a Lei das Organizações Criminosas, a Lei de Drogas, o Estatuto do Desarmamento, a Lei de Execução Penal e a Lei de Benefícios Previdenciários —, criando tipos penais qualificados e formando um conjunto coerente e tecnicamente unificado.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO GUILHERME DERRITE – PP/SP

Diante do exposto, o objetivo deste relator é simples e direto: restringir o espaço de atuação do crime organizado, impedir sua reprodução econômica e restabelecer o poder do Estado sobre o território nacional.

O Brasil convive há décadas com o crescimento da criminalidade estruturada. Chegou o momento de dar um passo institucional firme, amparado em técnica jurídica e responsabilidade pública, o que se fará por meio do substitutivo que ora se apresenta — um instrumento legal de enfrentamento consistente, com foco na eficiência, na coordenação e na restauração da autoridade estatal.

III – CONCLUSÃO DO VOTO

Ante o exposto, nosso voto é o seguinte:

(i) no âmbito da **Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado**, pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, na forma do Substitutivo anexo;

(ii) no âmbito da **Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania**, pela **constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa** do Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, e do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Plenário, em 7 de novembro de 2025.

Deputado **GUILHERME DERRITE**
Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO GUILHERME DERRITE – PP/SP

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.582, DE 2025

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e as Leis nº 7.210, de 11 de julho de 1984; nº 13.260, de 16 de março de 2016; nº 12.850, de 2 de agosto de 2013; nº 8.072, de 25 de julho de 1990; nº 11.343, de 23 de agosto de 2006; e nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para criar o “**Marco Legal do Combate ao Crime Organizado no Brasil**”.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e as Leis nº 7.210, de 11 de julho de 1984; nº 13.260, de 16 de março de 2016; nº 12.850, de 2 de agosto de 2013; nº 8.072, de 25 de julho de 1990; nº 11.343, de 23 de agosto de 2006; e nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para criar o “Marco Legal do Combate ao Crime Organizado”.

Art. 2º A pena cominada no § 1º do art. 2º da Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.

2º

.....

Apresentação: 07/11/2025 20:50:54.210 - PLEN
PRLP 1 => PL5582/2025

PRLP n.1



* C D 2 5 6 3 4 4 9 2 5 1 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO GUILHERME DERRITE – PP/SP

§

1º

.....

.....

Pena - reclusão, de vinte a quarenta anos, sem prejuízo das sanções correspondentes à ameaça, à violência ou a de outros crimes previstos na legislação penal.” (NR)

Art. 3º A Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º-A. Incorrem nas mesmas penas previstas no art. 2º, parágrafo 1º, as condutas, independentemente de suas razões ou motivações, praticadas por membros de organização criminosa, paramilitar ou milícia privada, tendentes a:

I – utilizar violência ou grave ameaça para intimidar, coagir ou constranger a população ou agentes públicos, com o propósito de impor ou exercer o controle, domínio ou influência, total ou parcial, sobre áreas geográficas, comunidades ou territórios;

II – empregar ou ameaçar empregar armas de fogo, explosivos, gases tóxicos, venenos, agentes biológicos, químicos ou nucleares, expondo a perigo a paz, a incolumidade pública, pessoas ou o patrimônio;

III – restringir, limitar, obstaculizar ou dificultar, ainda que de modo temporário, a livre circulação de pessoas, bens e serviços, públicos ou privados, sem motivação legítima reconhecida pelo ordenamento jurídico;

IV – impedir, dificultar, obstruir ou criar embaraços à atuação das forças de segurança pública, à perseguição policial ou às operações de manutenção da ordem, inclusive mediante a colocação de barricadas, bloqueios, obstáculos físicos, incêndios, destruição de vias, uso de artefatos ou qualquer outro meio destinado a restringir o deslocamento, a visibilidade ou a ação policial;

V – impor, mediante violência ou grave ameaça, qualquer tipo de controle social para o exercício de atividade econômica, comercial, de serviços públicos ou comunitários;

Apresentação: 07/11/2025 20:50:54.210 - PLEN
PRLP 1 => PL5582/2025

PRLP n.1



* C D 2 5 6 3 4 4 9 2 5 1 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO GUILHERME DERRITE – PP/SP

VI – usar explosivos, armas de fogo ou equipamentos para prática de crimes contra instituições financeiras de qualquer natureza, base de valores ou cartões fortes, ou para interromper, total ou parcialmente, fluxo terrestre, aéreo ou aquaviário, com o objetivo de obstruir, dificultar ou postergar a atuação preventiva ou repressiva do Estado;

VII – promover ataques, com violência ou grave ameaça, contra instituições prisionais;

VIII – inutilizar, total ou parcialmente, incendiar, depredar, saquear, destruir ou explodir meios de transporte;

IX – apoderar-se ilicitamente ou sabotar aeronaves, expondo a perigo a vida ou a integridade física de uma ou mais pessoas, ou comprometendo a segurança da aviação civil;

X – apoderar-se, sabotar, inutilizar, total ou parcialmente, impedir ou interromper o funcionamento, ainda que de modo temporário, portos, aeroportos, estações ferroviárias ou rodoviárias, hospitais, casas de saúde, escolas, estádios esportivos, instalações públicas ou locais onde funcionem serviços públicos essenciais, instalações de geração, transmissão ou distribuição de energia, unidades militares ou instalações de exploração, refino e processamento de petróleo e gás;

XI – interromper, danificar, perturbar ou dificultar o restabelecimento dos bancos de dados públicos, bem como dos serviços informático, telegráfico, radiotelegráfico, telefônico ou telemático governamentais ou de interesse coletivo, com o fim de desorientar o funcionamento, subtrair informações sigilosas ou obter vantagem de qualquer natureza.

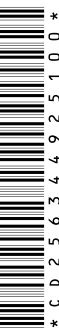
§ 1º Aumenta-se a pena até de 1/2 (metade) a 2/3 (dois terços) se:

I – o agente exercer comando ou liderança, individual ou coletiva da organização criminosa, paramilitar ou milícia privada, mesmo que não tenha praticado pessoalmente os atos materiais de execução;

II – o agente, de qualquer forma, prover ou levantar fundos, bens, direitos, valores, serviços ou informações para o financiamento, total ou parcial, das condutas previstas nos incisos do caput;

Apresentação 7/2005 20:50:54.210 - PLEN
PRTP 1 -> PL 5582/2025

PRLP n.1



* C D 2 5 6 3 4 4 9 2 5 1 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO GUILHERME DERRITE – PP/SP

III – as condutas previstas nos incisos do caput forem praticadas com o emprego de violência ou grave ameaça contra agente de segurança pública, criança, adolescente, idoso, pessoa com deficiência ou qualquer pessoa em situação de vulnerabilidade, ou se houver o envolvimento, coação ou aliciamento destes para a prática ou auxílio na prática dos atos.

IV – se houver conexão com outras organizações criminosas;

V – se houver concurso de funcionário público, valendo-se a organização criminosa dessa condição para a prática de infração penal;

VI – se houver infiltração no setor público ou atuação direta ou indireta na administração de serviços públicos ou em contratos governamentais;

VII – se houver emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido, explosivo ou artefato análogo que cause perigo comum;

VIII – se as circunstâncias do fato evidenciarem a existência de relações transnacionais ou se houver a destinação do produto ou proveito da infração penal, no todo ou em parte, ao exterior.

§2º Para os fins deste artigo, estão abrangidos pelo conceito organização criminosa, paramilitar ou milícia privada todas as formas associativas previstas nos arts. 288 e 288-A do Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940, art. 35 da Lei n.º 11.343, de 23 de agosto de 2006 e art. 1º, § 1º, da Lei n.º 12.850, de 2 de agosto de 2013.

§3º Os crimes previstos neste artigo são insuscetíveis de:

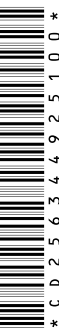
I – anistia, graça e indulto;

II – fiança;

III – livramento condicional.

§4º Aquele que praticar atos preparatórios, com propósito inequívoco de consumir qualquer das condutas tipificadas neste artigo, estará sujeito à pena do crime consumado, reduzida de um terço até a metade.

§5º Aos dependentes do segurado que estiver preso cautelarmente ou cumprindo pena privativa de liberdade em regime fechado ou semiaberto, em razão do cometimento dos crimes previstos neste artigo, fica vedada a





CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO GUILHERME DERRITE – PP/SP

concessão do benefício de auxílio-reclusão, previsto no art. 80 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

§6º As pessoas condenadas ou cautelarmente custodiadas pela prática das condutas previstas neste artigo, sempre que houver indícios concretos de que exerça liderança, chefia ou integre núcleo de comando de organização criminosa, paramilitar ou milícia privada, cumprirão obrigatoriamente a pena ou a custódia em estabelecimento penal federal de segurança máxima, nos termos da Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008.

§7º Aplicam-se, no que couber, na apuração e instrução processual dos crimes previstos no *caput*, as disposições atinentes às organizações criminosas quanto à investigação e meios de obtenção da prova, nos termos do Capítulo II da Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013.” (NR)

“**Art. 2º-B** O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação do delegado de polícia, ouvido o Ministério Público em até vinte e quatro horas, se existirem indícios suficientes de que o agente tenha praticado crime previsto no art. 2º-A desta Lei, poderá decretar, no curso da investigação ou da ação penal, entre outras, as seguintes medidas assecuratórias:

I – sequestro, arresto, bloqueio ou indisponibilidade de bens móveis e imóveis, direitos e valores, inclusive ativos digitais, criptoativos, cotas societárias, fundos de investimento, bens de luxo e participações empresariais, mantidos no país ou no exterior em nome do investigado, acusado ou interpostas pessoas;

II – suspensão, limitação ou proibição de atividades econômicas, financeiras, empresariais ou profissionais que possam ser utilizadas para dissimulação, ocultação ou movimentação de bens ou valores ilícitos;

III – bloqueio cautelar de acesso a sistemas financeiros, meios de pagamento, plataformas digitais, domínios e redes de comunicação eletrônica vinculados à organização criminosa ou aos seus integrantes;

IV – proibição de emissão ou uso de instrumentos de crédito, débito, transferências eletrônicas, inclusive PIX, e operações em corretoras de criptoativos, sem autorização judicial expressa;

Assinatura: 07/11/2025 20:50:54.210 - PLEN
PRLP 1 => PL 5.82/2025

PRLP n.1



* C D 2 5 6 3 4 4 9 2 5 1 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO GUILHERME DERRITE – PP/SP

V – comunicação imediata e obrigatória ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), ao Banco Central do Brasil (BACEN), à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e à Receita Federal do Brasil, para a adoção de medidas de bloqueio e monitoramento dentro de suas esferas de competência;

VI – suspensão temporária de fornecimento de serviços públicos e privados comprovadamente utilizados para a prática de crimes (tais como energia, telecomunicações, transporte e hospedagem digital), pelo prazo necessário à interrupção da atividade ilícita;

VII – afastamento cautelar do cargo, do emprego ou da função, pelo tempo que durar a investigação, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à investigação ou à instrução processual;

VIII – proibição de saída do território nacional e apreensão imediata de passaporte, quando houver risco de evasão;

IX – comunicação compulsória às Juntas Comerciais, Cartórios de Registro de Imóveis e órgãos de trânsito, para bloqueio de transferência de propriedade de bens;

X – inidoneidade cautelar para contratar com o Poder Público, receber benefícios fiscais, subsídios ou incentivos creditícios, até a apuração final da responsabilidade.

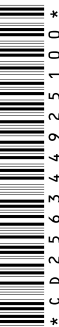
§1º As medidas previstas neste artigo poderão ser decretadas sem prévia oitiva da parte, aplicando-se o contraditório diferido.

§2º Verificada a existência de bens, direitos ou valores mantidos em contas no exterior, em paraísos fiscais ou em nome de pessoas jurídicas constituídas em jurisdições *offshores*, o juiz poderá, mediante decisão fundamentada, determinar o bloqueio cautelar administrativo de transferências internacionais, bem como requisitar cooperação jurídica ou administrativa internacional com autoridades estrangeiras, inclusive por meio do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública – DRCI.

§3º Na hipótese prevista no inciso I, os bens apreendidos ou submetidos a medidas assecuratórias permanecerão sob custódia do Poder Público, salvo quando, por decisão judicial fundamentada, ficar demonstrada a

Apresentação nº 7/11/2025 às 20:50:54.210 - PLEN
PRP 1 - PL 5582/2025

PRLP n.1



* C D 2 5 6 3 4 4 9 2 5 1 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO GUILHERME DERRITE – PP/SP

impossibilidade material ou a inadequação técnica da custódia pelo Poder Público.

§4º A nomeação do depositário será formalizada em termo próprio, com ciência expressa dos encargos e das responsabilidades legais assumidas, respondendo civil e criminalmente pela guarda, conservação e apresentação dos bens.

§5º Decretada qualquer uma das medidas previstas neste artigo, o investigado ou acusado poderá, no prazo de dez dias, contado da data da intimação, apresentar provas ou requerer a produção delas, para comprovar a origem lícita do bem, direito ou valor apreendido.

§6º Comprovada a origem lícita do bem, valor ou direito, o juiz determinará a sua liberação, exceto quanto a armas de fogo, hipótese em que se observará a legislação específica.

§7º Não provada a origem lícita do bem, valor ou direito, o Ministério Público requererá ao juiz as medidas destinadas ao uso provisório ou, havendo risco de perecimento, à alienação antecipada do bem.

§8º Na hipótese de absolvição do acusado, o valor custodiado será devolvido no prazo de até três dias úteis, acrescido de juros, na forma prevista no art. 39, § 4º, da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, desde que comprovada a sua origem lícita e se não tiver sido o bem alienado, na forma do parágrafo 7º.

§9º O juiz deverá determinar o sigilo das decisões e das ordens de bloqueio até seu efetivo cumprimento, sob pena de responsabilidade funcional.

§10 O descumprimento das medidas previstas neste artigo por instituições financeiras, empresas de tecnologia ou agentes públicos implicará responsabilidade civil e administrativa, sem prejuízo da apuração penal.

§11 A aplicação das medidas patrimoniais previstas neste artigo e a destinação dos bens, direitos e valores objeto de perdimento serão submetidas à supervisão conjunta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), da Controladoria-Geral da União (CGU) e da Controladoria-Geral do Estado onde ocorra a investigação, os quais poderão requisitar informações, instaurar auditorias e adotar

Assinatura: 07/11/2025 20:50:54.210 - PLEN
PRLP 1 => PL 3582/2025

PRLP n.1



* C D 2 5 6 3 4 4 9 2 5 1 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO GUILHERME DERRITE – PP/SP

mecanismos de controle para garantir a integridade, a transparência e o correto emprego dos recursos recuperados.” (NR)

“**Art. 2º-C** No curso da investigação, se existirem indícios de que uma pessoa jurídica esteja sendo utilizada por organização criminosa, paramilitar ou milícia privada, o juiz determinará, mediante requerimento do Ministério Público ou representação da autoridade policial, sem prejuízo da aplicação das medidas previstas no art. 2º-B, o imediato afastamento dos sócios e a intervenção judicial em sua administração, como medida assecuratória de natureza cautelar.

§1º A intervenção terá por finalidade interromper a atividade criminosa, preservar empregos e contratos de boa-fé e assegurar a destinação lícita dos bens e valores.

§2º A decretação da intervenção judicial acarretará o bloqueio imediato de qualquer operação financeira, societária ou de gestão de fundos ou ativos financeiros, até a efetiva nomeação do interventor.

§3º O juiz nomeará interventor judicial com comprovada idoneidade, qualificação técnica e experiência em gestão ou *compliance*, que assumirá a administração da empresa pelo prazo de 6 (seis) meses, prorrogável por períodos iguais e sucessivos, caso subsistam as razões que a determinaram.

§4º Durante a intervenção, o interventor poderá:

I – suspender contratos e operações suspeitas;

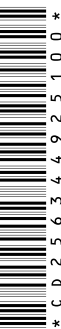
II – rescindir vínculos com pessoas investigadas;

III – realizar auditorias financeiras e contábeis;

IV – identificar, segregar e promover as medidas judiciais cabíveis para o perdimento de bens, direitos ou valores de origem ilícita;

V – solicitar ao juízo que seja impedida ou autorizada a saída, entrada ou permanência, conforme o caso, de seus dirigentes, representantes ou associados no território nacional;

VI – propor plano de saneamento ou liquidação judicial;





CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO GUILHERME DERRITE – PP/SP

VII – destinar recursos líquidos à conta judicial vinculada, sob fiscalização do juízo.

§5º Decretada a intervenção, os contratos firmados com entes públicos poderão ser cautelarmente suspensos, mediante decisão judicial ou administrativa fundamentada que demonstre o interesse público da medida, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

§6º A decisão de suspensão poderá ser estendida a pessoas jurídicas controladas por terceiros, desde que comprovada sua utilização para a prática de infrações penais descritas no caput.

§7º O interventor deverá prestar contas trimestrais, ao Juízo e ao Ministério Público, sobre a situação financeira e operacional da pessoa jurídica, respondendo civil, penal e administrativamente por atos ilícitos, de má-fé, negligência ou conluio, sujeitando-se à perda da remuneração e às penalidades previstas em lei.

§8º Nos casos em que a pessoa jurídica detiver valor econômico lícito ou puder ser sanada, o juiz poderá autorizar, a pedido do interventor judicial, a venda antecipada das cotas ou ações e dos ativos, revertendo o produto da alienação, após a quitação de passivos legítimos, ao Fundo de Segurança Pública do estado onde está sendo investigado o delito.

§9º Fica cautelarmente impedida de celebrar contratos, participar de licitações com a Administração Pública ou receber incentivos fiscais e créditos de instituições oficiais, enquanto durar a intervenção judicial por indícios de ligação com organização criminosa.

§10 Concluída a intervenção, o juiz decidirá, com base em relatório circunstanciado do interventor e manifestação do Ministério Público, por uma das seguintes medidas:

I – restituição da empresa aos sócios de boa-fé, caso comprovada a inexistência de dolo ou participação na atividade criminosa;

II – liquidação judicial da pessoa jurídica, com alienação de seus bens e ativos e destinação do produto ao Fundo de Segurança Pública do estado onde está sendo investigado o delito, quando comprovada a participação dolosa ou culposa grave;

Assinado em: 07/11/2025 20:50:54.210 - PLEN
PRLP 1 => PL 5582/2025

PRLP n.1



* C D 2 5 6 3 4 4 9 2 5 1 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO GUILHERME DERRITE – PP/SP

III – transferência definitiva da administração ao Estado ou a ente público designado, quando demonstrada a utilização reiterada ou estrutural da empresa como instrumento de organização criminosa, paramilitar ou milícia privada;

IV – decretação de perdimento total dos bens, direitos e valores quando comprovado que o patrimônio da empresa é essencialmente oriundo da atividade ilícita.” (NR)

“**Art. 2º-D** Após o trânsito em julgado da sentença condenatória por crime previsto no art. 2º-A desta Lei, o juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, determinará as medidas patrimoniais e restritivas destinadas à desarticulação financeira definitiva da organização criminosa, paramilitar ou milícia privada, incluindo:

I – a conversão automática das medidas cautelares de bloqueio, sequestro ou arresto em perda definitiva de bens, direitos e valores, ainda que em nome de terceiros, quando comprovada sua origem ou destinação ilícita;

II – o confisco ampliado de bens incompatíveis com a renda declarada do condenado nos cinco anos anteriores ao fato criminoso, salvo prova cabal de origem lícita;

III – a dissolução compulsória da pessoa jurídica, com baixa em todos os registros públicos, e a responsabilidade solidária dos administradores e sócios que concorrerem, direta ou indiretamente, para a prática dos crimes;

IV – a liquidação judicial definitiva dos bens, direitos e participações societárias, sob supervisão de administrador nomeado pelo juízo, com destinação dos recursos ao Fundo Estadual ou Distrital de Segurança Pública ou, não havendo, à Secretaria de Segurança Pública do estado onde está sendo investigado o delito, podendo o juiz autorizar a utilização provisória de parte dos recursos para custeio de operações de combate ao crime organizado.

V – a afetação imediata dos bens móveis e imóveis apreendidos ao uso de órgãos de segurança pública, de execução penal e de combate à lavagem de dinheiro, até sua alienação definitiva;

Apresentação 7/2025 20:50:54.210 - PLEN
PRTP 1 -> PL 5582/2025

PRLP n.1



* C D 2 5 6 3 4 4 9 2 5 1 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO GUILHERME DERRITE – PP/SP

VI – a proibição definitiva de contratar com o Poder Público, participar de licitações, receber benefícios fiscais ou creditícios e integrar órgãos de administração ou controle de empresas públicas ou sociedades de economia mista, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio, pelo prazo mínimo de 12 (doze) a 15 (quinze) anos, contado do trânsito em julgado;

VII – o cancelamento de autorizações, registros ou licenças emitidos por órgãos públicos ou entidades reguladoras;

VIII – a responsabilidade solidária e sucessória dos sócios, administradores, herdeiros e interpostas pessoas que tenham se beneficiado, direta ou indiretamente, dos bens e valores de origem ilícita, até o limite do proveito obtido;

IX – a comunicação automática e obrigatória ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), ao Banco Central do Brasil (BACEN), à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), à Receita Federal e às juntas comerciais para bloqueio de novos registros empresariais, alterações societárias e movimentações patrimoniais em nome do condenado;

X – a comunicação automática e obrigatória aos cartórios de imóveis o registro da propriedade em favor do ente federativo beneficiado;

XI – a publicação resumida das sentenças condenatórias e das decisões de perdimento em cadastro público eletrônico nacional, de acesso livre, para fins de prevenção e controle social, mantido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

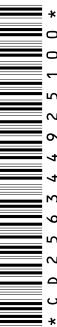
§1º Os bens e valores perdidos poderão ser utilizados provisoriamente pelos órgãos de segurança pública para reaparelhamento policial, capacitação e operações especiais, mediante autorização do juiz da execução.

§2º Compete ao Governo do estado onde está sendo investigado o delito, diretamente ou por meio de seus órgãos e entidades, a alienação de bens, direitos e valores declarados perdidos, ou a doação, destruição ou inutilização dos bens de baixo valor econômico, considerados os custos de armazenamento e de destinação.

§3º As medidas deste artigo têm natureza de execução penal patrimonial e não dependem de nova ação civil, aplicando-se subsidiariamente o

Aprontado em 07/20/2025 20:50:54.210 - PLEN
PRCP 1 -> PL 5582/2025

PRLP n.1



* C D 2 5 6 3 4 4 9 2 5 1 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO GUILHERME DERRITE – PP/SP

procedimento de liquidação judicial previsto na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 (Lei de Recuperação e Falências).” (NR)

“Art. 2º-E No que se refere aos crimes previstos no art. 2º-A, o inquérito policial será concluído no prazo de 30 (trinta) dias, se o indiciado estiver preso, e de 90 (noventa) dias, quando estiver solto, prorrogável por igual período, mediante representação da autoridade policial ou requerimento do Ministério Público.

§1º No curso das investigações, o juiz decidirá as representações formuladas pela autoridade policial ou os requerimentos formulados pelo Ministério Público no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de conclusão dos autos.

§2º Na hipótese de representação da autoridade policial, o Ministério Público emitirá parecer no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da data de recebimento dos autos.

§3º Decorrido o prazo previsto no § 1º, independentemente de manifestação do Ministério Público, os autos serão imediatamente conclusos ao juiz.

§4º Na hipótese de urgência ou de risco de ineficácia da medida, o juiz decidirá no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, facultado ao Ministério Público manifestar-se posteriormente à decisão judicial.

§5º Indeferida a representação da autoridade policial, sem interposição de recurso pelo Ministério Público, o juiz remeterá os autos, no prazo de 5 (cinco) dias, ao órgão ministerial de instância superior para que se manifeste no mesmo prazo.” (NR)

“Art.

3º.....
.....
.....
.....

§ 3º Incorre na mesma pena o agente que:

Apresentação: 07/11/2025 20:50:54.210 - PLEN
PRLP 1 => PL 5582/2025

PRLP n.1



* C D 2 5 6 3 4 4 9 2 5 1 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO GUILHERME DERRITE – PP/SP

- I – promover ou fundar organização criminosa, paramilitar ou milícia ou a eles aderir, assim como apoiá-los de qualquer forma;
- II – der abrigo ou guarida ou auxiliar a quem tenha praticado ou esteja em via de praticar ato previsto no art. 2º-A;
- III – distribuir, ou tornar disponível ao público, material que contenha mensagem com a intenção de incitar outrem a cometer ato previsto no art. 2º-A;
- IV – adquirir, importar, exportar, preparar, produzir, manter em depósito ou remeter material explosivo ou arma de fogo para a prática de ato previsto no art. 2º-A;
- V – utilizar local ou bem de qualquer natureza de que tem a propriedade, posse, administração, guarda ou vigilância, ou consente que outrem dele se utilize, para cometer ato previsto no art. 2º-A;
- VI – fornecer informações em apoio à organização criminosa, paramilitar ou milícia que pratique ato previsto no art. 2º-A;
- VII – alegar falsamente pertencer a organização criminosa, paramilitar ou milícia que pratique ato previsto no art. 2º-A, com o fim de obter qualquer tipo de vantagem ou de intimidar terceiros.
- § 4º Aplicam-se aos crimes previstos neste artigo as disposições previstas nos parágrafos 3º ao 7º do art. 2º-A, bem como nos artigos 2º-B, 2º-C, 2º-D e 2º-E, todos desta Lei.”. (NR)

“**Art. 11** A apuração, o processamento e o julgamento dos crimes previstos nesta Lei observarão as seguintes regras:

- I – ressalvado o art. 2º-A, caberá à Polícia Federal a investigação criminal, em sede de inquérito policial, e à Justiça Federal o seu processamento e julgamento, nos termos do inciso IV do art. 109 da Constituição Federal; e
- II – nos crimes previstos no art. 2º-A, e aqueles a eles interligados por conexão ou continência, a investigação criminal caberá às Polícias Cíveis e a competência para processamento e julgamento será da Justiça Estadual, respeitadas os critérios de competência previstos na legislação.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO GUILHERME DERRITE – PP/SP

Parágrafo único. Na forma do inciso I do §1º do art. 144 da Constituição, quando houver repercussão interestadual ou transnacional dos fatos, potencial de afetar a segurança nacional ou de desestabilizar a ordem pública internacional, poderá o Ministério da Justiça e Segurança Pública, mediante provocação do Governador do Estado, determinar a atuação conjunta ou coordenada das forças policiais federal e estaduais.” (NR)

Apresentação nº 7 / 2025 - 20:50:54.210 - PLEN
PRTP 1 - PL 5582/2025

PRLP n.1

Art. 4º A Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art.

3º

..

.....

.....

VII - infiltração por policiais em atividades de investigação, na forma prevista no art. 11, ou, excepcionalmente, por colaborador, na forma prevista no art. 4º, § 19;

VIII – cooperação entre órgãos e entidades federais, distritais, estaduais e municipais, inclusive do setor privado, quando couber, na busca de provas e informações de interesse da investigação ou da instrução processual; e

IX – acesso aos registros de localização e aos dados referentes ao cumprimento de medidas diversas da prisão de investigados pelos crimes previstos nesta Lei.” (NR)

“Art.

4º

.....

.....

.....

§ 18. A celebração do acordo de colaboração premiada pressupõe que o colaborador cesse o envolvimento na conduta ilícita, objeto da investigação, sob pena de rescisão, ressalvado o disposto no § 19.



* C D 2 5 6 3 4 4 9 2 5 1 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO GUILHERME DERRITE – PP/SP

§ 19. Nos casos em que a colaboração se refira a um dos delitos previstos no art. 2º-A, da Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, o acordo de colaboração poderá prever a infiltração ou a permanência encoberta do colaborador na organização criminosa, hipótese em que se aplicam, no que couber, as disposições desta Lei relativas à infiltração de policiais, considerando-se, para a concessão dos benefícios previstos no *caput* deste artigo, o risco efetivamente assumido pelo colaborador.” (NR)

“Art. 11. O requerimento do Ministério Público ou a representação da autoridade policial para a infiltração policial conterão a demonstração da necessidade da medida, o alcance das tarefas dos agentes e, quando possível, os nomes ou apelidos das pessoas investigadas e o local da infiltração.

Parágrafo único. Os órgãos de registro e cadastro público deverão produzir as identidades fictícias e incluir, em seus bancos de dados, as informações necessárias à sua efetividade, em procedimento sigiloso, mediante determinação judicial.” (NR)

“Art. 11-A Os dados fictícios do infiltrado, incluídos o nome, a data de nascimento, a filiação e as demais informações biográficas, serão fornecidos aos órgãos de registro e cadastro mediante ofício sigiloso da autoridade judicial.

§ 1º Para garantir a proteção e a integridade física dos infiltrados, os documentos das identidades fictícias deverão ser preservados pelo prazo mínimo de 4 (quatro) anos, independentemente do encerramento da persecução penal, de modo a permitir a retirada gradual e segura dos infiltrados da organização criminosa.

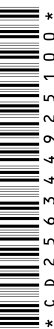
§ 2º Por decisão judicial fundamentada, as identidades fictícias poderão ser mantidas ativas sob custódia de unidade policial especializada em operações encobertas, para utilização em futuras investigações que demandem infiltração.

§ 3º As disposições deste artigo aplicam-se, no que couber, à constituição de pessoas jurídicas fictícias destinadas a operações de infiltração policial.” (NR)

“Art. 15 A autoridade policial e o Ministério Público terão acesso, independentemente de autorização judicial, aos dados cadastrais dos

Pré-imprensa nº 7 / 2025 20:50:54.210 - PLEN
PRTP 1 -> PL 5582/2025

PRLP n.1



* C D 2 5 6 3 4 4 9 2 5 1 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO GUILHERME DERRITE – PP/SP

investigados, restritos à qualificação pessoal, à filiação, aos números de telefone e aos endereços, inclusive eletrônicos, mantidos pela Justiça Eleitoral, por empresas telefônicas, por instituições financeiras, por provedores de internet, por administradoras de cartão de crédito e por outras pessoas jurídicas prestadoras de serviço.” (NR)

“Art. 15-A A autoridade policial poderá representar e o Ministério Público requerer ao juízo competente para que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, determine aos provedores de internet, às operadoras de telefonia e às empresas de tecnologia o acesso a dados de geolocalização e registros de conexão dos últimos 7 (sete) dias, quando houver perigo iminente à vida ou à integridade física de pessoa.” (NR)

“Art. 17 As concessionárias de telefonia fixa ou móvel, os provedores de internet, os serviços de hospedagem e as plataformas digitais manterão à disposição das autoridades a que se refere o art. 15, pelo prazo de 5 (cinco) anos, os registros de identificação dos números dos terminais de origem e destino das ligações telefônicas internacionais, interurbanas e locais, e os registros de conexão à internet, o histórico de acessos a serviços digitais e a geolocalização dos dispositivos utilizados pelos investigados.” (NR)

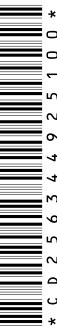
“Art. 17-A Estabelecimentos comerciais, empresas de comércio eletrônico, operadoras de cartão de crédito, plataformas de pagamento digital e *fintechs* deverão disponibilizar, mediante decisão judicial, acesso aos registros de compras e pagamentos efetuados pelos investigados nos últimos 180 (cento e oitenta) dias, exclusivamente para fins de investigação criminal.” (NR)

“Art. 17-B A autoridade policial e o Ministério Público poderão requerer, cautelarmente, a preservação de dados pessoais e de registros de conexão e acesso à internet, incluídas as respectivas comunicações, hipótese em que se aplicam os prazos previstos na Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.” (NR)

“Art. 23-A Ato do Poder Executivo federal instituirá o Banco Nacional de Organizações Criminosas, paramilitares ou milícias privadas em até 180 dias.” (NR)

Apresentação nº 7/2015 20:50:54.210 - PLEN
PRLP 1 -> PL 5582/2025

PRLP n.1



* C D 2 5 6 3 4 4 9 2 5 1 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO GUILHERME DERRITE – PP/SP

Art. 5º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 121.

.....

.....

§ 2º-D Se o homicídio é cometido por integrante de organização criminosa, grupo paramilitar ou milícia privada, no contexto da atuação ou para a consecução das condutas previstas no art. 2º-A da Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016.

Pena - reclusão, de vinte a quarenta anos.”

.....” (NR)

“Art. 129.

.....

§ 14. Se a lesão é praticada por integrante de organização criminosa, grupo paramilitar ou milícia privada, no contexto da atuação ou para a consecução das condutas previstas no art. 2º-A da Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016.

Pena - reclusão, de cinco a dez anos.” (NR)

“Art. 147-C. Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave, no contexto da atuação ou para a consecução das condutas previstas no art. 2º-A da Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016:

Pena - reclusão, de um a três anos.” (NR)

“Art. 148-A. Privar alguém de sua liberdade, mediante sequestro ou cárcere privado por integrante de organização criminosa, grupo paramilitar ou milícia privada, no contexto da atuação ou para a consecução das condutas previstas no art. 2º-A da Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016:

Pena - reclusão, de três a dez anos.” (NR)

“Art. 155.

.....

§ 9º A pena é de reclusão de quatro a dez anos e multa se a subtração, para si ou para outrem, de coisa alheia móvel é cometida por integrante

Apresentação: 07/11/2025 20:50:54.210 - PLEN
 *PRLP 1 => PL 3582/2025
PRLP n.1



* C D 2 5 6 3 4 4 9 2 5 1 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO GUILHERME DERRITE – PP/SP

de organização criminosa, grupo paramilitar ou milícia privada, no contexto da atuação ou para a consecução das condutas previstas no art. 2º-A da Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016.” (NR)

“Art. 157.
.....

§ 4º Se o crime é cometido por integrante de organização criminosa, grupo paramilitar ou milícia privada, no contexto da atuação ou para a consecução das condutas previstas no art. 2º-A da Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016 e da violência resulta morte:

Pena - reclusão, de vinte a quarenta anos, e multa.” (NR)

Art. 6º A Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), passa a vigorar com a seguinte redação;

“Art. 1º
.....

Parágrafo único.

VIII – os crimes previstos no art. 2º-A, *caput* e parágrafo 1º, da Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016;

..... (NR)”

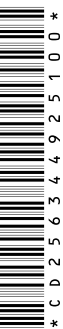
Art. 7º A Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 41-A. Os encontros realizados no parlatório ou por meio virtual entre presos provisórios ou condenados vinculados a facções criminosas, nos termos do disposto no art. 2º, § 1º-A, da Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, ou a grupos ou milícias privadas, nos termos do disposto no art. 288-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e os seus visitantes poderão ser monitorados por meio de captação audiovisual e gravação, mediante autorização judicial.

§1º O monitoramento poderá ser requerido pela autoridade policial, pelo Ministério Público ou pela administração penitenciária, desde que

Apresentação: 07/11/2025 20:50:54.210 - PLEN
PRLP 1 => PL5582/2025

PRLP n.1



* C D 2 5 6 3 4 4 9 2 5 1 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO GUILHERME DERRITE – PP/SP

demonstrados indícios de que a comunicação está sendo utilizada para fins criminosos ou atentatórios à segurança do sistema prisional.

§2º É vedado o monitoramento da comunicação entre advogado e cliente, exceto no caso de fundadas suspeitas de conluio criminoso nos crimes previstos no caput, a critério do juiz competente, que comunicará a decisão ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, mediante ofício sigiloso.

§3º Será garantido o contato físico entre os presos e os seus visitantes, exceto por razões de segurança devidamente fundamentadas.” (NR)

“Art. 41-B. Observado o disposto no art. 41-A, § 2º, desta Lei, o conteúdo das comunicações monitoradas entre advogado e cliente, autorizadas quando houver razões fundadas de conluio criminoso reconhecidas judicialmente, será submetido à análise exclusiva do juízo competente para o controle da legalidade da investigação, distinto daquele responsável pela instrução e pelo julgamento da ação penal.

§1º O juízo de controle decidirá sobre a licitude, a pertinência e a necessidade da prova, e sobre a sua eventual inutilização, antes de qualquer remessa ao juízo da instrução.

§2º As gravações ou os registros que não interessarem à prova deverão ser inutilizados por decisão fundamentada do juízo de controle, a requerimento do Ministério Público ou da parte interessada, facultada a presença do acusado ou de seu defensor.

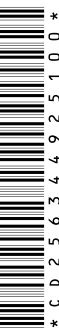
§3º O conteúdo das comunicações indeferidas ou declaradas ilícitas não poderá ser acessado, direta ou indiretamente, pelo juízo da instrução criminal.” (NR)

“Art. 52.....
.....
.....
.....

§ 6º A visita de que trata o inciso III do caput será gravada em sistema de áudio ou de áudio e vídeo, com autorização judicial, e acompanhada por policial

Apresentação: 07/11/2025 20:50:54.210 - PLEN
PRLP 1 => PL5582/2025

PRLP n.1



* C D 2 5 6 3 4 4 9 2 5 1 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO GUILHERME DERRITE – PP/SP

Apresentação: 07/11/2025 20:50:54.210 - PLEN
 PRLP 1 => PL 5582/2025
PRLP n.1

penal.
(NR)

“Art. 86.....

§ 3º Caberá ao juiz competente, no prazo de vinte e quatro horas, a requerimento da administração penitenciária, definir o estabelecimento prisional adequado para abrigar o preso provisório ou condenado, em atenção ao regime e aos requisitos estabelecidos.

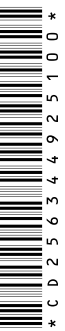
§ 5º Na hipótese de risco iminente e grave à segurança, à vida ou à integridade física de detento, de servidor ou de terceiros, como nos casos de motim, rebelião ou outras situações de grave perturbação da ordem no estabelecimento prisional, a administração penitenciária poderá promover, em caráter excepcional, a transferência de presos para outros estabelecimentos prisionais, e deverá comunicá-la imediatamente ao juiz competente, que decidirá, no prazo de vinte e quatro horas, sobre os respectivos destinos.”
 (NR)

“Art. 112.....

V - 70% (setenta por cento) da pena, se o apenado for condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, se for primário;

VI - 75% (setenta e cinco por cento) da pena, se o apenado for:

a) condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, com resultado morte, se for primário, vedado o livramento condicional;





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO GUILHERME DERRITE – PP/SP

Apresentação: 07/03/2025 20:50:54.210 - PLEN
 PRLP 1 => PL 5582/2025
PRLP n.1

b) condenado por exercer o comando, individual ou coletivo, de organização criminosa estruturada para a prática de crime hediondo ou equiparado, vedado o livramento condicional;

c) condenado pela prática do crime de constituição de milícia privada;

d) condenado pela prática de feminicídio, se for primário, vedado o livramento condicional;

VII - 80% (oitenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente na prática de crime hediondo ou equiparado;

VIII - 85% (oitenta e cinco por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime hediondo ou equiparado com resultado morte, vedado o livramento condicional.” (NR)

Art. 8º A Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas) passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.

40

.....

.....

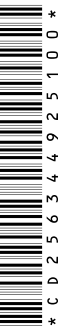
.....

IV – o crime tiver sido praticado com violência, grave ameaça ou qualquer processo de intimidação difusa ou coletiva;

.....

Parágrafo único. Aplica-se a pena do concurso material (art. 69 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940) se o crime tiver sido praticado com o emprego de arma de fogo, independentemente de o seu uso estar diretamente ligado ao comércio ilícito de entorpecentes ou de o artefato ter sido utilizado para assegurar o sucesso da mercancia.” (NR)

Art. 9º A Lei nº 10.826, de 2003, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 21-A:



* C D 2 5 6 3 4 4 9 2 5 1 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO GUILHERME DERRITE – PP/SP

“**Art. 21-A** Nos crimes previstos nos artigos 12, 14 e 16, a pena é aumentada de 2/3 se o crime for praticado em concurso com crime da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), estar diretamente ligado ao comércio ilícito de entorpecentes ou de o artefato ter sido utilizado para assegurar o sucesso da mercancia.”
(NR)

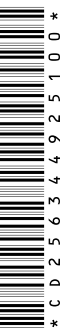
Art. 10 Esta lei entra em vigor na data da sua publicação

Sala das Sessões, em de novembro de 2025.

Deputado **GUILHERME DERRITE**
Relator

Apresentação: 07/11/2025 20:50:54.210 - PLEN
PRLP 1 => PL 5582/2025

PRLP n.1



* C D 2 5 6 3 4 4 9 2 5 1 0 0 *